



CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo identificar o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional. Argumenta-se que, o papel das organizações como agentes sociais, representa uma contraposição a visão fragmentada da empresa baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica, estabelecendo novas possibilidades para impulsionar o desenvolvimento regional. Os resultados da discussão proposta neste ensaio, evidenciam que o capital social em suma para Coleman (1994), Putnam (1996) e Bourdieu (1998), é o produto das relações sociais que ocorre em diferentes grupos, ele precisa ser baseado na confiança mútua e na capacidade dos indivíduos, por meio de redes duráveis de relações, cooperarem entre si em razão do bem-estar coletivo. Já o desenvolvimento organizacional, precisa acontecer de forma multidimensional desassociado dos modelos padronizados de organizações delimitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, que tem como foco principal valores como eficiência, controle e resultado, mas muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais para o desenvolvimento (FONTOURA; TENÓRIO, 2020; FONTOURA, 2019; CEPAL 2014). Por fim, conclui-se que o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional, é fortalecer as relações entre os indivíduos que compõe um determinado território e a autonomia dos atores sociais da região, na senda por um processo de desenvolvimento organizacional mais territorializado.

Palavras-Chave: Agentes Sociais; Relações Sociais; Território; Região.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento organizacional foi estruturado em um contexto histórico de crescimento e expansão de mercados. Essa discussão está intimamente ligada ao desenvolvimento da sociedade fortemente vinculada ao modo de produção industrial que influenciou também a visão de mundo das pessoas na senda para homogeneização, para o unidimensionalismo, e para um pensamento de despertar necessidades de consumo que em muitos processos díspares tem alienado o pensamento das possibilidades multidimensionais e multiescalares e de diversidade (MARCUSE, 1972; ADORNO; HORKEIMER, 1985; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; FONTOURA; TENÓRIO, 2020; FONTOURA, 2019).

Destarte, uma nova visão de desenvolvimento ancorada em teorias com maior suporte epistemológico e multidimensional, contrapondo a visão unidimensional baseada somente em parâmetros econômicos e quantitativos. Para a ciência do desenvolvimento regional, surge



uma visão de competitividade além dos pressupostos Schumpeterianos, que estimula um novo papel das organizações como fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional, a partir de um sistema aberto em um território ativo, sob a ótica do desenvolvimento regional (DA FONTOURA, DA SILVA, DEPONTI, 2023).

Na esteira desse processo, as formações organizacionais devem estar mais alinhadas à visão do desenvolvimento regional, ou seja, dos territórios em que estas organizações estão inseridas. Esta definição tem relação com um espectro territorial defendido pelo desenvolvimento regional, na perspectiva da multidimensionalidade e multiescalaridade em contraposição a visão fragmentada da empresa baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica.

Essa tendência de repensar o desenvolvimento sob uma perspectiva mais plural, torna o território um agente estratégico, no qual as regiões passam a ser fontes de vantagens concorrenciais inclusive para as atividades econômicas (BENKO, 2001). Assim, cria-se a possibilidade da redução das incertezas e dos riscos de um processo de globalização dos mercados que alimenta a degradação intensiva dos ecossistemas e o aumento das desigualdades sociais (COSTA; ALPERST; ANDION, 2021). Dessa forma, o papel das organizações na relação com os atores da sociedade, precisa estar alinhado com propósitos e objetivos coletivos, os quais constituem-se em elementos essenciais para a geração de capital social e desenvolvimento organizacional num espaço geográfico.

Assim, em um mundo de grande volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade vai exigindo das organizações novos desafios e competências de inovação, agilidade em todas as áreas da atividade humana. Nesse contexto, pensar nas organizações como um fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional surge como possibilidade estruturante para proposição de um pensamento organizacional despreendido de limites tradicionais, capazes de desconstruir discursos estruturados de manipulação presentes nas ações das indústrias e na sociedade do consumo historicamente constituída.

Desse modo, a ideia central é que o território deixe de ser considerado como uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas com o foco central à acumulação do capital, passando a ser um dos agentes estratégicos do desenvolvimento, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, fortalecendo a autonomia dos atores sociais da região, possibilitando a implementação sustentável do desenvolvimento organizacional e potencializando o capital social de forma multidimensional.



Uma chave de leitura adotada neste ensaio, é pensar qual é o papel das organizações como fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional, a qual representa uma forma de ressignificar a forma de relacionamento entre região, sociedade e organizações, a partir da criação conjunta de valor singular para cada indivíduo, que também seja sustentável para as empresas, a partir da construção de estratégias organizacionais que tenham como foco o bem-estar da sociedade

Essa construção surge como base da identidade social, que considera e integra a compreensão de vários conceitos, abordagens e tipologias da geografia, pois está diretamente relacionada aos processos de construção e transformação, essa relação encontra-se, assim expressa em todos os níveis das relações sociais, a cultura do desenvolvimento, no processo de (re) construção e transformação das identidades, estimulando o surgimento de conexões que convergem para o desenvolvimento regional. Para tanto, o objetivo deste trabalho é: **identificar o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional.**

No intuito de atender a esse objetivo, relacionado ao conceito de capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional, em que apresenta aproximações relevantes no que se refere a uma visão de mundo que comporta aspectos hegemonicamente negligenciados, pela matriz positivista. Parte-se do pressuposto a qual as organizações constituem-se em elementos importantes no território em que estão inseridas.

Análise da literatura proposta, busca entender o papel das organizações como fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional, a qual ajuda a construir uma “nova” perspectiva para investigar os estudos organizacionais e, para além disso, propor novas formas de produção do conhecimento. Igualmente, convém deixar claro que a proposta de leitura desse ensaio não tem pretensão de relativizar a contribuição do desenvolvimento organizacional para a evolução de nossa sociedade, mas sim apresentar uma perspectiva de leitura que possibilite a conexão com o contexto atual que vem se revelando insuficiente para responder às mudanças sociais e econômicas que a nossa sociedade vem passando.

Com base no propósito enunciado anteriormente, o texto foi organizado, além desta introdução, em cinco partes: no item 2, será apresentado alguns conceitos de capital social. Em seguida no item 3 e 4, será realizado uma análise do desenvolvimento organizacional e suas características multidimensionais e revisar alguns conceitos teóricos de desenvolvimento regional. Na sequência, no item 5, a partir de uma revisão teórica será abordado o papel das



organizações para o desenvolvimento regional. Finalmente, no item 6, a título de considerações finais, a partir de discussões propostas nas sessões anteriores, se busca evidenciar os resultados da pesquisa em questão.

2 CAPITAL SOCIAL: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

O conceito de capital social, segundo a concepção de Coleman (1994), pode ser definido pela sua função. De acordo com o autor, na medida em que entre os atores sociais há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente. Para tanto, é preciso que as relações sociais sejam baseadas na confiança e no compartilhamento de normas e hábitos (RODRIGUES *et al.*, 2012). “O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram imersos em tais relações (COLEMAN, 1994, p. 300-304).”

Nessa mesma linha Putnam (1993), ressalta a partir de pesquisas realizadas na Itália entre 1970 e 1989, capital social como “um conjunto de “associações horizontais” entre pessoas, por meio de redes sociais (no sentido de “redes de engajamento cívico”), relações de confiança, normas associadas, que exercem um efeito sobre a produtividade da comunidade”. Para o autor, este tipo de associação horizontal viabiliza o comportamento comunitário baseado em ações coletivas e cooperativas em prol da consecução de objetivos comuns.

Já o trabalho de Woolcock (1998) sobre desenvolvimento econômico, traz uma abordagem que apresenta uma outra perspectiva de entendimento do capital social. O autor descreve quatro tipos de capital social em dimensões macro e micro, que são relevantes ao processo de desenvolvimento. No nível micro consiste em laços intracomunitários (imersão) ou como redes extracomunitárias (autonomia). Ao nível macro, o capital social pode ser pensado como a capacidade que os governos têm de construir respostas eficazes em conjunto e a favor da sociedade (imersão) ou a capacidade institucional de uma comunidade (autonomia). A vantagem desta perspectiva é que ela reconhece a natureza formal e informal do capital social, bem como a ideia de que o capital social tem características individuais e comunitárias.

Corroborando com esta afirmação, Moraes (2003) destaca que o capital social configura como um promissor e emergente modelo que pode transformar-se num importante instrumento no processo de desenvolvimento territorial. Neste sentido, Putnam (1996), reitera que o capital social é um recurso que pode ser o promotor do desenvolvimento. A partir da necessidade de um desenvolvimento local, o capital social é evidenciado para que os



indivíduos direcionem seus esforços para o trabalho coletivo, no sentido de cooperação entre os atores locais. Pode-se inferir que quanto mais elevado for o capital social, maior será a cooperação de ações que resultem em oportunidades de crescimento, melhorias, mudanças e intervenções na sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, propiciando o desenvolvimento local (BILERT, *et. al.*, 2011).

Sob esta perspectiva, considera-se que o capital social engloba a ideia de as pessoas enfrentarem novos desafios para ampliarem suas capacidades de mobilização, procurando desenvolver atitudes e inovações que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade (SEN, 2000). Sobre as diferenças e semelhanças do termo capital social, Woolcock e Narayan (2000) assim resumem as definições e interpretações do conceito de capital social diferem amplamente, mas há um crescente consenso de que o capital social se refere às normas e redes que permitem que as pessoas atuem coletivamente.

Na conceituação de Bueno (2004), capital social corresponderia a um conjunto de regras formais ou informais pré-existentes, que engloba a rede de contatos sociais do indivíduo, os comportamentos estruturados e as organizações relativamente estáveis no tempo e que, por essa razão, promovem a confiança e incentivam a cooperação entre as pessoas melhorando a eficiência da comunidade. O autor considera como capital social a estrutura de incentivos que permite ao indivíduo viver em comunidade e lidar com os problemas econômicos, sociais e políticos gerados pelo meio.

A noção de capital social, para Bourdieu (1998, p. 65), apresenta-se com as seguintes características:

[...] impôs-se como o único meio de designar o fundamento dos efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendido no nível dos agentes singulares [...] não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado.

Nesse contexto, e na avaliação de Walter (2005, p. 29), “[...] Bordieu faz a associação entre o individual e o coletivo, ao mesmo tempo em que retira a racionalidade utilitarista da ação dos indivíduos”, o que se constitui contraponto as abordagens precedentes.

Por fim, a estrutura das relações sociais gerada pela capacidade que os indivíduos têm para garantir benefícios individuais através do pertencimento a redes ou grupos sociais é fonte de capital social provindo do compartilhamento de normas e valores mediante o hábito e a troca de experiências (CAMPOS; SAPELLI, 2007). O indivíduo se relaciona com outros para obter vantagens que isoladamente não conseguiria, portanto, a geração, a acumulação e a reprodução de capital social se originam de escolhas racionais dos atores sociais que estruturam relações coletivas de confiança e cooperação, as quais podem servir como base



para o fortalecimento do desenvolvimento organizacional e que este seja de forma multidimensional.

3 DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SUAS CARACTERÍSTICAS MULTIDIMENSIONAIS

O conceito de desenvolvimento passou a ser revisado à medida em que os estudos a respeito do tema foram transformando o seu entendimento. Conquanto, em um primeiro momento, o sistema econômico de acumulação do capital ditava os princípios de produção e, conseqüentemente, de desenvolvimento unidimensional para as organizações, entende-se que tal mecanismo positivista não encontra mais argumentos que justifiquem a sua adoção nos dias de hoje (FONTOURA; TENÓRIO, 2020). Assim, a partir de uma análise dos macros períodos históricos, o período industrial é pautado por uma série de mudanças socioeconômicas, sugerindo assim uma crise no sistema rígido de capital e indicando a possível pluralidade do termo “desenvolvimento”, não mais ancorado em bases meramente econômicas, mas alicerçado em novas vertentes do conhecimento.

O novo espectro epistemológico do conceito de desenvolvimento é pautado por uma lógica igualmente multidisciplinar e interdisciplinar, fazendo com que exista a necessidade de relacionar uma justaposição semântica ou área de conhecimento caracterizada pelo local onde as intervenções estratégicas são moduladas (GRZYBOVSKI *et al.*, 2014). Assim, ao incluir o termo “organizacional” à expressão, este indica o distanciamento do conceito de desenvolvimento apenas no setor da economia, voltando-se também para o social, ambiental e o territorial – reforçando sua multidisciplinaridade inerente. Zanchet e Siedenberg (2012) corroboram com o pensamento ao ressaltar o caráter interdisciplinar de desenvolvimento ao envolver aspectos de cunho econômico, social, ambiental e territorial, e que, da mesma forma, assumem características particulares ao se relacionar com o meio organizacional.

Grzybovski (et al., 2014) caracteriza o termo apresentado como uma alternativa aplicada a fim de transformar diferentes setores da organização – como crenças, atitudes, valores e até mesmo a própria estrutura -, para que haja uma adaptação da empresa para com a conjuntura econômico-social vigente, bem como às tecnologias emergentes. Pode-se apontar, assim, que o desenvolvimento organizacional está correlacionado e identificado como um somatório de medidas aplicadas mediante um planejamento prévio, com o objetivo causal de modificar formas de trabalho dentro de uma organização com relação a padrões comportamentais, principalmente. Lobos (1975) ressalta que tais mudanças podem ocorrer tanto no âmbito estrutural, com alterações nas camadas gerenciais ou setorização, por



exemplo, quanto no âmbito comportamental, mesmo que o conceito esteja mais fortemente conectado ao capital humano.

Dessa forma, torna-se importante trazer para discussão uma visão epistêmica visando entender a genealogia dos processos de desenvolvimento organizacional e do desenvolvimento regional, bem como fazer uma análise histórica e dialética das epistemologias, do desenvolvimento de teorias e métodos e a influência na sociedade e nas organizações de forma multidimensional.

Ao citar as inerências sociais, percebe-se também a sua complexidade e multidimensionalidade. Assim, surge a possibilidade para se pensar no desenvolvimento organizacional multidimensional (DOM) que apresenta uma perspectiva mais abrangente e desassociada aos modelos padronizados de organizações delimitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, que tem como foco principal valores como eficiência, controle e resultado, mas muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais para o desenvolvimento (FONTOURA; TENÓRIO, 2020; FONTOURA, 2019; CEPAL 2014). Além dos pressupostos sociais, abarca também as questões territoriais, identificados em um processo de reestruturação do conceito de interesse social a partir de uma multicentralidade, na qual o mercado é apenas uma das questões importantes a serem observadas.

A compreensão sobre o DOM pressupõe o entendimento do próprio termo desenvolvimento em toda a sua multidimensionalidade, bem como nas dinâmicas organizacionais considerando-se como elementos importantes nesta análise. O processo de desenvolvimento não é homogêneo no espaço, nem sincrônico no tempo, pois a distribuição desigual dos recursos naturais e a acumulação diferenciada dos frutos do trabalho humano produzem distintas localizações que se reproduzem em velocidades diversas (FONTOURA, 2019).

Destarte, a análise do desenvolvimento organizacional a partir da perspectiva do desenvolvimento regional evidencia a importância de serem considerados os aspectos multidimensionais e multiescalares, que devem estar alinhados à visão de território, nos quais as organizações estão inseridas.

Nesse contexto, urge uma agenda de pesquisa que abranja organizações, mercados e desenvolvimento, partindo do pressuposto epistêmico da crise do taylorismo e do fordismo, e das múltiplas possibilidades de uma sociedade pós-industrial em formação, envolvendo o entendimento dos reflexos da desmercantilização, bem como o desenvolvimento organizacional alinhado às questões territoriais.



4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REVISITANDO A TEORIA

O desenvolvimento é um tema central da ciência econômica, já presente no pensamento dos economistas clássicos, embora representado pelas ideias de riqueza, produção, crescimento e progresso. Adam Smith, no século XVIII, defendia a especialização (baseada na divisão do trabalho) e o livre comércio (baseado nas vantagens absolutas de cada país) como a fonte de riqueza das nações. David Ricardo, no princípio do século XIX, preocupou-se com a distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, tendo também construído o conceito de vantagens comparativas, pelo qual a competitividade de cada país estaria ligada à sua especialização em fabricar produtos em que são relativamente mais eficientes (BELLINGIERI, 2017).

Marshall (1982), no final do século XIX, foi o primeiro a identificar as vantagens advindas da aglomeração territorial de empresas do mesmo ramo, gerando economias externas, o que lançou as bases para as teorias contemporâneas dos distritos industriais e dos clusters. Schumpeter (1982), no começo do século XX, também descreveu o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico, a inovação, capitaneada pelo empresário empreendedor (BELLINGIERI, 2017).

Até meados do século XX predominava o modelo de crescimento econômico clássico, caracterizado pela acumulação de capital (BELLINGIERI, 2017). Neste modelo, a explicação para o desenvolvimento regional/local confundia-se com a do desenvolvimento nacional. Os problemas regionais seriam tão somente manifestações espaciais de um desajustamento dos fatores de produção. Assim, a garantia de livre movimentação dos fatores produtivos entre as regiões asseguraria o desenvolvimento (BASTOS, 2005).

Ainda segundo Bastos (2005), foi a partir dos anos 1950 que surgiu uma preocupação específica com os problemas regionais, cuja análise se desenvolveu sob dois eixos: o das Teorias Clássicas da Localização e o das Teorias do Desenvolvimento Regional (BELLINGIERI, 2017).

A partir do final da década de 1990 e mais intensamente nos anos 2000, a emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno (relacionado à valorização do local e dos atores locais, à ideia de protagonismo do território e ao desenvolvimento de baixo para cima, em contraposição ao de cima para baixo) reconduziu o desenvolvimento regional como tema relevante, bem como a difusão de políticas e estratégias governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento, nas escalas regional e municipal (BELLINGIERI, 2017).

Para Theis (2020), o desenvolvimento regional pressupõe o desenvolvimento de uma região. Ao desenrolar o tema, depara-se com as temáticas de desigualdades e disparidades



regionais. Santos (1994) tece que as disparidades regionais existem e continuarão a existir pois resultam de processos históricos, econômicos, culturais, sociais ambientais.

As desigualdades, para Silveira (2013), surgem a partir das relações que as pessoas, grupos e classes sociais contraem no dia a dia da sociedade produtora. Já para Smith (1988), Harvey (1993), e Soja (1993), as desigualdades são uma dimensão do desenvolvimento, porque fazem parte da essência do modelo de produção e suas marcas podem ser reconhecidas no território através das diferenças que se estabelecem na estrutura econômica e social dos diferentes lugares.

Nesse contexto, não se pode eliminar as diversidades regionais, mas sim, é preciso entender e buscar as suas potencialidades. Essa discussão faz ainda mais sentido em um país de extensão continental como o Brasil, com mais de duzentos milhões de habitantes. Não há espaço para negligenciar as particularidades. Fazendo um exercício de reflexão, entende-se, por exemplo, que as particularidades e potencialidades do Rio Grande do Sul, são bastantes diferentes das particularidades e potencialidades do Rio Grande do Norte, mesmo assim, tanto no Sul quanto no Norte, há espaço para essas regiões se desenvolverem.

Segundo Theis (2020), o Desenvolvimento regional é algo bom com que se procura combater algo ruim, desigualdade. Segundo ele, as desigualdades, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, surgem da própria economia capitalista, em que o desenvolvimento das forças produtivas sobre dado território produz desigualdades, sobretudo por que cada região possui seus meios de produção quantitativa e qualitativamente diferentes.

Para Oliveira (2021) o desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial e do capital, do trabalho e das inovações. Esses fatores podem tanto acelerar, como reduzir as desigualdades regionais Boisier (1996, 2000), o Desenvolvimento regional consiste em um processo de troca estrutural localizado que se associa a um permanente processo de progresso na própria região, na comunidade ou na sociedade onde habita seus cidadãos.

Boiser (1996 e 200), retrata sobre a complexidade para o entendimento do termo desenvolvimento regional, que segundo ele deve ser combinado em três dimensões: espacial, social e individual. O sucesso de uma região advém da transformação sistemática dessa tríade.

Assim, o desenvolvimento regional representa um novo espectro epistemológico do conceito de desenvolvimento, que passa a ser pautado por uma lógica igualmente multidisciplinar e interdisciplinar, a qual apresenta uma abordagem com o viés do território,



desassociada aos modelos padronizados e muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais.

5 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pensar no papel das organizações para o desenvolvimento regional tem sido considerada como um dos principais desafios no debate sobre o desenvolvimento. Harmonizar os objetivos econômicos aos sociais e ambientais ainda é uma equação de difícil resolução (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2012).

A partir do momento em que as organizações olham para o processo de desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, com o foco no valor compartilhado, em que a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades em torno dela são mutuamente dependentes, precisando relacionar-se em constante sinergia, analisando todas as externalidades que compõem os modelos de produção (SMITH, 1988). Assim, as organizações passam a ser consideradas como importantes agentes de fomento do desenvolvimento regional.

Nesta senda, evidencia-se a importância de as organizações adotarem estratégias que incentivam a sustentabilidade social e organizacional a partir de um pensamento coletivo que privilegie o desenvolvimento sustentável das organizações - mesmas, que serve como um contra movimento às iniciativas baseadas na massificação e na acumulação rígida de capital. Assim, as organizações têm papel de desenvolver ações que priorize a sustentabilidade organizacional em equilíbrio com as necessidades sociais da região que ela está inserida, desprendido de limites tradicionais, capazes de desconstruir discursos estruturados de manipulação presentes nas ações das indústrias e na sociedade do consumo historicamente constituída.

Com o passar dos anos, o interesse das organizações pela dimensão espacial dos fenômenos econômicos e sociais vem se fortalecendo, isso se explica, a partir do momento em que alguns estudiosos tentam aclarar o desenvolvimento (social e econômico) ascendente de algumas regiões e o declínio de outras através da compreensão da sua configuração espacial. De fato, a variável espacial passou a obter relevância, a partir do momento que ela serve como base para se compreender o dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o desempenho dos atores e das instituições (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006). Os mesmos autores ressaltam que o dinamismo é explicado com base no pensamento ao qual, quanto maior for a proximidade dos atores que atuam em um determinado espaço, maiores serão as possibilidades do surgimento de ações coletivas que priorizem a troca de experiências e a formação de redes de colaboração que ampliariam a espessura e a



densidade das relações sociais e, como consequência, favoreceriam o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento.

Nessa esteira, as organizações têm como papel trabalhar em seus processos a ideia do valor compartilhado, em que os objetivos organizacionais e a saúde das comunidades que compõe um determinado território são mutuamente dependentes, as quais precisam se relacionar em constante sinergia, respeitando as diversidades de cada região, para que seja possível atingir o desenvolvimento regional.

Conquanto as organizações olharem para o seu processo de desenvolvimento sob égide da dimensão territorial, cria-se um ambiente interativo de múltiplas possibilidades, valorização da subjetividade e dos aspectos singulares não generalizadores, na epistemologia da ciência do desenvolvimento regional de um território histórico não visto como um mero receptáculo da atividade econômica na escala regional nacional ou global (BRANDÃO, 2011). Assim, as organizações passam a ter o papel de agentes sociais ativos no desenvolvimento de sua região, a partir de uma lógica do desenvolvimento endógeno.

A partir, desse novo olhar, onde as organizações ressignificam o seu papel para com o desenvolvimento regional, surge a possibilidade para se pensar em formações de produção e espaciais voltadas para o bem comum, colocando a sociedade em primeiro lugar e não somente os interesses de segmentos isolados do setor produtivo como amplamente difundido com o advento da sociedade industrial (CEPAL, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teve como objetivo identificar o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional. Observou-se que o desenvolvimento das organizações no Brasil tem sido pautado pela lógica do capital e seus processos, os quais ditam os princípios de produção e, conseqüentemente, de desenvolvimento unidimensional para as organizações.

Nesse cenário, apesar do modo de produção capitalista ser predominante, as regiões são diferentes, as organizações precisam pensar no processo de desenvolvimento, a partir de uma análise do território como um sistema que interage e sofre influência de diferentes atores sociais. A partir dessa visão, surge a possibilidade de se considerar o desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, desconstruindo interesses e resistências que servem como uma contraposição a visão fragmentada da empresa, baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica, estabelecendo novas possibilidades para impulsionar o desenvolvimento regional.



Os dados empíricos da pesquisa reforçam a reflexão teórica da importância das organizações ressignificarem o seu papel como agentes propulsores do desenvolvimento regional, criando estratégias permanentes de relacionamento com o social, o qual, o ser humano é percebido cada vez menos como mera força de trabalho e mais como ser social, levando em conta não só o seu rendimento, mas também sua visão de mundo, experiências e percepções. Entende-se, neste sentido, que, ao retornar o olhar para o subjetivo, o micro e o particular em detrimento do global e hegemônico, as organizações começam a ressignificar o seu papel para com o desenvolvimento regional.

Nessa esteira, o papel das organizações como agentes sociais, além de fomentar o desenvolvimento, devem estar mais alinhados à visão do desenvolvimento regional, ou seja, dos territórios em que estão inseridas. Esta definição tem relação com um espectro territorial defendido pelo desenvolvimento regional, na perspectiva da multidimensionalidade e multiescalaridade, na qual a organização passa a ser considerada como espaço não meramente voltado à acumulação rígida do capital, mas sim como organização social.

Os resultados da discussão proposta neste ensaio, trazem aspectos relevantes para a pesquisa do desenvolvimento regional. Os principais conceitos e teorias analisadas evidenciam que o capital social em suma para Coleman (1994), Putnam (1996) e Bourdieu (1998), é produto das relações sociais que ocorre em diferentes grupos, o qual as relações sociais precisam ser baseadas na confiança mútua, no compartilhamento de normas e hábitos e, sobretudo, na capacidade dos indivíduos, por meio de redes duráveis de relações, cooperarem entre si em razão do bem-estar coletivo. Já o desenvolvimento organizacional, precisa acontecer de forma multidimensional desassociado dos modelos padronizados de organizações delimitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, que tem como foco principal valores como eficiência, controle e resultado, mas muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais para o desenvolvimento (FONTOURA; TENÓRIO, 2020; FONTOURA, 2019; CEPAL 2014).

Assim, sob a égide da dimensão territorial, acredita-se que o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional, seja fortalecer as relações entre os indivíduos que compõe um determinado território, trabalhar o processo de desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, para que este seja capaz de incluir as potencialidades socioeconômicas originais do local e fortalecer a autonomia dos atores sociais da região. Nesse contexto, as organizações passam a adotar um modelo de trabalho com uma visão mais interativa, interdisciplinar, multidimensional e multiescalar com aprofundamento através da



contextualização histórica na senda por um processo de desenvolvimento organizacional mais territorializado.

Por fim, enfatiza-se que a discussão teórica deste ensaio apresenta pertinência para a área de pesquisa, considerando-se que as conceituações se baseiam em estudos recentes sobre termos que são relevantes para o desenvolvimento regional.

Como um dos principais constructos deste ensaio, evidencia-se, em uma visão crítica, que o desenvolvimento organizacional ainda é pautado em um contexto histórico de uma sociedade capitalista e industrial (unidimensional) que para o cenário histórico atual urge novas perspectivas e possibilidades a partir de uma agenda de pesquisa multidimensional pautada na sociedade, no território, no bem-estar das pessoas, e nas relações econômicas e sociais de forma sincrônica.

Nessa linha, evidencia-se que a partir do momento em que as organizações passam a adotar ações de fortalecimento do capital social, e de desenvolvimento organizacional e que estas sejam de forma multidimensional, ela começa a ressignificar o seu papel na comunidade em que está inserida, a qual representa uma nova visão de competitividade além dos pressupostos schumpeterianos envolvendo a competitividade empresarial com um sistema aberto em um território ativo, respeitando as peculiaridades de cada região, podendo ser considerado como um agente propulsor do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. **Dialética do Esclarecimento**, v. 2, p. 113-156, 1985.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. **1º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior (CES)**, 2005.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

Bilert, Vania Silva de Souza, et al. "A contribuição do capital social para o desenvolvimento local sustentável." **Ciências Sociais Aplicadas em Revista** 11.21 (2011): 29-42.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, n. 13, 1996.

BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, n. 2, p. 39-39, 2000.



BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. **Biblio W3 - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol XVII, n. 1002, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 1: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Zahar, 1998.

BUENO, Newton Paulo. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Revista Economia**, v. 5, n. 2, p. 361-420, 2004.

BRANDÃO, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista paranaense de desenvolvimento**, n. 120, p. 17-37, 2011.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SAPELLI, Denise Maria. Indicadores de capital social numa organização de terceiro setor: uma visão comparativa entre a percepção do público interno e externo. **Anais... Rio de Janeiro (RJ): ANPAD**, 2007.

CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Fundamentos teóricos da gestão social. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 1, p. 4-19, 2015.

CEPAL. **Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento**. Santiago de Chile, 2014.

COLEMAN, James S. **Fundamentos da teoria social**. Imprensa da Universidade de Harvard, 1994.

COSTA, Tiago Da; ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina. DIMENSÕES DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: UMA PROPOSTA CONCEITUAL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021.

DA FONTOURA, Fernando Batista Bandeira; DA SILVA, Luis Carlos Alves; DEPONTI, Cidonea Machado. O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL MULTIDIMENSIONAL SOB A ÓTICA DA DIMENSÃO TERRITORIAL/Multidimensional organizational development from the viewpoint of the territorial dimension. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 1, p. 45-57.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira Da; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Desenvolvimento Organizacional Multidimensional: uma perspectiva crítica para os estudos organizacionais**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 25, n. 2, p. 191-210, 2020.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da. **Desenvolvimento organizacional multidimensional: uma perspectiva crítica para o estudo de organizações familiares**. 2019. 183 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

GRZYBOVSKI, Denize *et al.* **A contribuição do desenvolvimento organizacional para promover mudanças na dinâmica dos sistemas sociais**. ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, v. 8, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

LOBOS, Júlio. Desenvolvimento organizacional: teoria e aplicações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 15, p. 21-32, 1975.



MARCUSE, D. Derivation of coupled power equations. **Bell System Technical Journal**, v. 51, n. 1, p. 229-237, 1972.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista Centro de Ciências Administrativas**, UNIFOR. Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003.

OLIVEIRA, Nilton Marques. REVISITANDO ALGUMAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Revising classical regional development theories. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.

PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, n. 13, p. 35-42, Spring 1993.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RODRIGUES, Waldecy *et al.* Capital social e desenvolvimento regional: o caso do sudeste do Tocantins. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, p. 232-248, 2012.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2a edição. **São Paulo: Editora Hucitec**, 1994.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da et al. **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento**. 2013.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHNEIDER, S. TARTARUGA, I.P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes, Campina Grande/PB**, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, 2006.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital ea produção de espaço. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1988.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Celso Furtado**, p. 43, 2020.

WALTER, M. I. M. T. **Capital Social e Estado no contexto latino-americano**. 2005. Tese de Doutorado. Tese doutoral, Programa de Doutorado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB), Brasília, Brasil.

WOOLCOCK, Michael. Capital social e desenvolvimento econômico: em direção a uma síntese teórica e estrutura política. **Teoria e sociedade**, v. 27, n. 2, pág. 151-208, 1998.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. Capital social: Implicações para a teoria, pesquisa e política de desenvolvimento. **O observador de pesquisa do banco mundial**, v. 15, n. 2, pág. 225-249, 2000.

ZANCHET, Neuri Antonio; SIEDENBERG, Dieter. A Indústria Petroquímica no Rio Grande do Sul: Trajetória e Contribuições para o Desenvolvimento Regional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 20, p. 108-139, 2012.